

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

**Banco Société Générale Brasil S.A. – Instituição
líder do Conglomerado Prudencial**

30 de junho de 2018

com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Banco Société Générale Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

30 de junho de 2017 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Société Générale Brasil S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião com ressalva

A controlada SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente (nota explicativa 3). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº. 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incorporação do Banco Cacique S.A. e da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

Conforme nota explicativa nº 1, o Banco Société Générale Brasil S.A. incorporou integralmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco Cacique S.A. e a Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários. Em cumprimento às disposições do Banco Central do Brasil, examinamos os procedimentos adotados nos processos de incorporação, os quais, em nossa opinião, estão de acordo com as normas regulamentares. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos:

Demonstrações Financeiras individuais do Banco Société Générale Brasil S.A.

O Banco Société Générale Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 15 de agosto de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

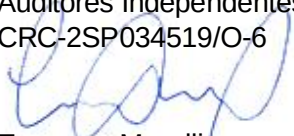
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Morelli
Contador CRC- 1SP249401/O-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE		16.905.406	13.839.349
Disponibilidades	5	64.402	1.414
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	5.449.521	4.211.388
Aplicações no mercado aberto		5.449.521	4.211.388
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.541.486	884.637
Carteira própria		595.865	417.713
Vinculados à prestação de garantias		369.540	254.196
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	576.081	212.728
Relações interfinanceiras		1.435	432
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1	-
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		384	87
Créditos vinculados - Correspondentes		1.050	345
Operações de crédito		429.055	133.770
Operações de crédito - setor privado	9.a	431.178	139.644
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	(2.123)	(5.874)
Operações de arrendamento mercantil	10	(20.952)	(31.022)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		302.762	311.089
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		55.157	51.955
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		(300.755)	(308.435)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(55.157)	(51.955)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(22.959)	(33.676)
Outros créditos		9.435.465	8.635.516
Carteira de câmbio	12	9.295.665	8.579.015
Rendas a receber		202	444
Negociação e intermediação de valores	8	42.823	2.284
Diversos	13.a	116.650	69.184
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(19.875)	(15.411)
Outros valores e bens		4.994	3.214
Outros valores e bens		4.120	2.606
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(1)	(93)
Despesas antecipadas	14	875	701

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.227.339	3.326.742
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	481.662	798.663
Carteira própria		7.978	36.466
Vinculados à prestação de garantias		211.008	353.382
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	262.676	408.815
Operações de crédito		290.007	210.809
Operações de crédito - setor privado	9.a	290.007	210.809
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		455.710	502.639
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		30.075	78.131
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		(455.710)	(502.639)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(30.075)	(78.131)
Outros créditos		2.454.429	2.316.596
Carteira de câmbio	12	1.965.880	1.904.253
Diversos	13.a	488.549	412.343
Outros valores e bens		1.241	674
Despesas antecipadas	14	1.241	674
PERMANENTE		789.389	950.707
Investimentos		20	42.423
Participações em controladas	16	-	42.379
Outros investimentos		20	44
Imobilizado de uso		3.465	4.551
Imóveis de uso		3	-
Outras imobilizações de uso		13.697	17.719
Depreciações acumuladas		(10.235)	(13.168)
Imobilizado de arrendamento	10	785.697	903.593
Bens arrendados		1.201.094	1.298.913
Superveniências de depreciações		175.154	158.882
Perdas de arrendamento a amortizar		110.452	96.965
Depreciações acumuladas		(641.680)	(613.817)
Amortização de perdas de arrendamento		(59.323)	(37.350)
Intangível		207	140
Outros ativos intangíveis		607	509
Amortização acumulada de outros intangíveis		(400)	(369)
TOTAL DO ATIVO		20.922.134	18.116.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE		15.924.627	13.458.146
Depósitos	17	292.613	499.121
Depósitos à vista		6.715	6.584
Depósitos interfinanceiros		60.052	254.177
Depósitos a prazo		225.846	238.360
Captações no mercado aberto		675.587	1.289.246
Carteira própria		433.032	1.033.998
Carteira de Terceiros		242.555	255.248
Relações interfinanceiras		1	124
Recebimentos e pagamentos a liquidar		1	96
Correspondentes		-	28
Relações interdependências		14.708	55.286
Recursos em trânsito de terceiros		14.708	55.286
Obrigações por empréstimos e repasses	19	6.149.253	3.557.724
Empréstimos no País		2.078	8.578
Empréstimos no exterior		6.145.603	3.546.907
Repasses do exterior		211	1.351
Repasses do País - FINAME		1.361	888
Instrumentos financeiros derivativos		601.869	289.300
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	601.869	289.300
Outras obrigações		8.190.596	7.767.345
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		720	121
Carteira de câmbio	12	8.036.220	7.562.409
Fiscais e previdenciárias	13.b	103.432	109.911
Negociação e intermediação de valores	8	107	166
Diversas	13.c	50.117	94.738
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.585.374	3.356.301
Depósitos	17	70.332	227.714
Depósitos interfinanceiros		-	1.009
Depósitos a prazo		70.332	226.705
Obrigações por empréstimos e repasses	19	637.927	541.310
Empréstimos no País		4.192	22.249
Empréstimos no exterior		631.738	510.346
Repasses do exterior		54	222
Repasses do País - FINAME		1.943	8.493
Instrumentos financeiros derivativos		421.151	237.236
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	421.151	237.236
Outras obrigações		2.455.964	2.350.041
Carteira de câmbio	12	2.008.156	1.911.595
Fiscais e previdenciárias	13.b	33.099	68.365
Diversas	13.c	414.709	370.081

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	20	<u>16.071</u>	<u>21.579</u>
Resultado de exercícios futuros		16.071	21.579
 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	 21	 <u>1.396.062</u>	 <u>1.280.772</u>
Capital social		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital		2.187	2.125
Ajustes de avaliação patrimonial		7.826	4.490
Prejuízos acumulados		(1.570.880)	(1.682.772)
 TOTAL DO PASSIVO		 <u><u>20.922.134</u></u>	 <u><u>18.116.798</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais - R\$)	Nota explicativa	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.619.696	479.648
Operações de crédito		24.273	20.326
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	2.277
Operações de arrendamento mercantil		245.144	245.874
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		251.447	331.021
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	1.098.832	(119.850)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.487.092)	(345.107)
Operações de captações no mercado		(45.051)	(108.891)
Operações de arrendamento mercantil		(185.527)	(184.127)
Operações de empréstimos e repasses		(1.205.409)	(178.590)
Resultado de operações com câmbio		(47.649)	137.942
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(8)	(1.141)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(3.448)	(10.300)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		132.604	134.541
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(87.617)	(174.314)
Receitas de prestação de serviços		14.477	8.853
Rendas de tarifas bancárias		32	16
Resultado de participações em controladas e coligada	16	-	(6.802)
Despesas de pessoal		(58.681)	(57.488)
Outras despesas administrativas	24	(37.722)	(48.056)
Despesas tributárias		(14.706)	(10.288)
Outras receitas operacionais	25	44.488	56.033
Outras despesas operacionais	26	(35.505)	(116.582)
RESULTADO OPERACIONAL		44.987	(39.773)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		9.423	1.804
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		54.410	(37.969)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	23.289	(35.202)
Provisão para imposto de renda corrente		7.360	(11.952)
Provisão para contribuição social corrente		(962)	(9.441)
Imposto diferido		16.891	(13.809)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) NO SEMESTRE		77.699	(73.171)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.956.929	2.018	2.924	(1.609.572)	1.352.299
Ajustes de lucros e prejuízos de exercícios anteriores na controlada Banco Pecúnia S.A.	-	-	-	(17)	(17)
Piano de pagamento baseado em ações					
-Controlador	-	107	-	-	107
Ajustes de avaliação patrimonial					
-Títulos disponíveis para venda	-	-	5.256	(12)	5.244
-Hedge de fluxo de caixa	-	-	(3.690)	-	(3.690)
Prejuízo do semestre	-	-	-	(73.171)	(73.171)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	<u>2.956.929</u>	<u>2.125</u>	<u>4.490</u>	<u>(1.682.772)</u>	<u>1.280.772</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>2.956.929</u>	<u>2.294</u>	<u>6.878</u>	<u>(1.648.579)</u>	<u>1.317.522</u>
Piano de pagamento baseado em ações					
-Controlador	-	(160)	-	-	(160)
-Controladas	-	53	-	-	53
Ajustes de avaliação patrimonial					
-Títulos disponíveis para venda	-	-	(3.940)	-	(3.940)
-Hedge de fluxo de caixa	-	-	4.888	-	4.888
Lucro líquido do semestre	-	-	-	77.699	77.699
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	<u>2.956.929</u>	<u>2.187</u>	<u>7.826</u>	<u>(1.570.880)</u>	<u>1.396.062</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 201

(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre	77.699	(73.171)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa	1.372.264	38.490
Depreciações e amortizações	171.313	180.632
Superveniência de depreciação	(19.059)	(20.736)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	1.141
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	3.448	6.436
Provisão para perdas com outros créditos	-	3.864
Atualização de depósitos judiciais	8.961	-
Constituição de provisão para riscos	-	(75.271)
Impostos diferidos	(16.891)	13.809
Reversão de provisão para perdas em investimentos	-	(36)
Variação cambial de operações de crédito e empréstimos	1.223.643	(80.120)
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	948	1.537
Provisão (reversão) para pagamento de plano de ações	(107)	107
Baixa por obsolescência	-	265
Perda na venda de imobilizado	-	60
Resultado de participação em controladas	-	6.802
Lucro líquido ajustado	1.449.963	(34.681)
Variação de ativos e obrigações	(1.200.876)	505.119
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(217.516)	56.948
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	6.000	(255.209)
Aumento em operações de arrendamento mercantil	(4.139)	(255)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências	(60.542)	38.607
Aumento em operações de crédito	(213.759)	(544.094)
Aumento em outros créditos	(3.412.911)	(3.883.286)
(Aumento) redução em despesa antecipada	(473)	587
Aumento redução em outros valores e bens	(1.562)	(232)
Aumento (redução) em depósitos	(243.353)	8.370
Aumento (redução) no mercado aberto	(178.688)	448.111
Aumento em obrigações por empréstimos	312.385	1.044.580
Aumento em outras obrigações	2.603.590	3.339.735
Aumento em instrumentos financeiros derivativos	217.194	252.609
Redução em resultados de exercícios futuros	(7.102)	(1.352)
Caixa líquido investido nas atividades operacionais	249.087	470.438
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	1	-
Alienação de investimentos	-	53.000
Aquisição de imobilizado de uso	(229)	(4.328)
Alienação de imobilizado de uso	32	141
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil	(92.388)	(146.570)
Alienação de imobilizado de arrendamento	94.608	53.953
Caixa líquido investido nas atividades de investimento	2.024	(43.804)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE	251.111	426.634
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	4.605.306	3.328.204
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	4.856.417	3.754.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco” ou “Instituição”), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O suporte das operações do Banco a empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

A partir da decisão do Grupo Société Générale de focar suas atividades no Brasil em clientes corporativos e institucionais, e encerrar suas operações de crédito ao consumo de pessoas físicas, o Banco Pecúnia S.A. foi vendido a Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de maio de 2017 pelo valor total de R\$ 53.300. Esta alienação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2017. O Banco Pecúnia S.A. não faz mais parte do conglomerado financeiro a partir desta data. O Banco Cacique S.A. foi incorporado pelo Banco em 02 de outubro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorporação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017.

O acervo incorporado, na data de referência, estava composto por:

BALANÇO PATRIMONIAL DO BANCO CACIQUE S.A. LEVANTADO EM 02 DE OUTUBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
CIRCULANTE	370.369	CIRCULANTE	208.836
Disponibilidades	537	Depósitos	208
Aplicações interfinanceiras de liquidez	252.534	Depósitos à vista	208
Aplicações no mercado aberto	252.534	Outras obrigações	208.628
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	28.746	Fiscais e previdenciárias	1.114
Vinculados à prestação de garantias	28.746	Diversas	207.514
Relações interfinanceiras	964		
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil	18		
Créditos vinculados - Correspondentes	946		
Outros créditos	87.123		
Diversos	91.787		
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(4.664)		
Outros valores e bens	465		
Outros valores e bens	465		
PERMANENTE	30	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	161.563
Imobilizado de uso	30	Capital social	809.578
Imóveis de uso	10	Reserva de capital	996
Outras imobilizações de uso	73	Ajustes de avaliação patrimonial	7
Depreciações acumuladas	(53)	Lucros/(Prejuízos) acumulados	(649.018)
TOTAL DO ATIVO	370.399	TOTAL DO PASSIVO	370.399

Em 27 de junho de 2017, antes de sua incorporação no Banco, o Banco Cacique anunciou sua decisão de conceder a remissão de dívida para certo número de clientes (pessoas físicas) devedores de sua carteira de operações de crédito, vide nota explicativa nº. 13.

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários foi incorporada pelo Banco em 01 de dezembro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorporação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017. O acervo incorporado, na data de referência, estava composto por:

BALANÇO PATRIMONIAL DA SOCIETE GENERALE S.A. CORRETORA DE CÂMBIO,
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, LEVANTADO EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017
LEVANTADO EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
CIRCULANTE	105.555	CIRCULANTE	15.218
Disponibilidades	2.902	Outras obrigações	15.218
Outros créditos	102.653	Fiscais e previdenciárias	5.217
Diversos	102.653	Diversas	10.001
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.337
		Capital social	90.415
		Reservas de lucros	803
		Lucros/(Prejuízos) acumulados	(881)
TOTAL DO ATIVO	<u>105.555</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>105.555</u>

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas conforme princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e abrangem em junho de 2018 o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, cuja elaboração das demonstrações financeiras individuais é de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolidação geral elaborada pelo líder do Conglomerado. As demonstrações financeiras são elaboradas de forma consolidada do Conglomerado Prudencial. As últimas demonstrações financeiras foram divulgadas pelas empresas Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, em 30 de junho de 2017, com parecer dos auditores independentes emitido em 17 de agosto de 2017; Banco Cacique S.A., em 30 de junho de 2017, com parecer dos auditores independentes emitido em 15 de agosto de 2017 e Banco Pecúnia S.A., em 31 de dezembro de 2016, com parecer dos auditores independentes emitido em 17 de fevereiro de 2017.

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.280 de 31 de outubro de 2013 CMN e Circular nº 3.701 de 31 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que, estabelecem procedimentos para a elaboração, a divulgação e a remessa ao BACEN destas demonstrações.

Em 30 de junho de 2017, as empresas incorporadas no segundo semestre de 2017, Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários e Banco Cacique S.A. foram consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas prudenciais.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 10 de agosto de 2018.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Certos contratos de “swap” foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos;
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o exercício, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

I - “hedge” de risco de mercado; e

II - “hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de “Rendas a apropriar de arrendamento mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

As perdas de arrendamento a amortizar correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente as perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de “Bens arrendados”.

g) Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

h) Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, na rubrica de “Operações de arrendamento mercantil”, e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no

resultado, como despesa, na rubrica de “Operações de arrendamento mercantil”, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

i) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

j) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

k) Investimentos

- As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e
- Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

l) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

m) Depreciações

- Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e
- Imobilizado de arrendamento - é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

n) Diferido

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel.

o) Intangível

Inclui também gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

p) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

q) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

r) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

s) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for feita uma estimativa confiável, de obrigações presentes que são consideradas prováveis seu risco de perda com saída de recursos para sua liquidação que incorporam benefícios econômicos e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

t) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi

calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

u) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

v) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades, e em conformidade com a Res.4557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A área de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposição não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CRO e à Alta Administração.

A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

II. Risco de mercado

A área de Risco de Mercado utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Banco com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Banco, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional

A gestão de risco operacional do Conglomerado do Société Générale Brasil ("CSGB") é feita de forma contínua e integrada quanto a governança, relatórios de monitoramento, treinamento e comunicação para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale na França, com as exigências da Basileia II, com a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil e com a Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A estrutura, prevista acima, deve também estar capacitada a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A atividade de gerenciamento do risco operacional   executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna.

Conforme a Resolu  o CMN n   4.557 de 23 de fevereiro de 2017, o Banco identifica e monitora a sua exposi  o ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avalia  o de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa n   26); essa avalia  o   revisada periodicamente e desencadeia planos de a  es mitigantes a partir de um certo nível de exposi  o; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de a  es corretivas; v) controles de conformidade e de preven  o   lavagem de dinheiro (   compliance   ); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientiza  o dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as a  es mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de aloca  o de capital regulamentar, previsto no art. 1   da Circular n   3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela Circular n   3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulga  o das informa  es consolidadas referentes   gestão de riscos,   apura  o do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e   apura  o do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Circular n   3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletr  nico www.sgbrasil.com.br, se  o Gestão de Riscos.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada institui  o financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avalia  es de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade   realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitora  o de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo:

I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração;

II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidos ao COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Disponibilidades	64.402	1.414
Aplicações no mercado aberto	4.792.015	3.753.424
Total	<u>4.856.417</u>	<u>3.754.838</u>

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2018	A vencer até 3 meses	Total
Aplicações no mercado aberto	5.449.521	5.449.521
Total	<u>5.449.521</u>	<u>5.449.521</u>
Em 30 de junho de 2017	A vencer até 3 meses	Total
Aplicações no mercado aberto	4.211.388	4.211.388
Total	<u>4.211.388</u>	<u>4.211.388</u>

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria:

	2018		2017	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	617.946	603.843	453.105	454.179
Títulos para negociação:	609.971	595.865	417.159	417.713
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	23.431	23.436	22.473	22.498
Letras do Tesouro Nacional - LTN	249.414	248.805	124.402	124.494
Notas do Tesouro Nacional - NTN	179.743	166.241	154.352	154.789
Debêntures	157.383	157.383	115.932	115.932
Títulos disponíveis para venda:	7.975	7.978	35.946	36.466
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.975	7.978	29.121	29.124
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	6.825	7.342
Vinculados à prestação de garantias:	570.089	580.548	590.450	607.578
Títulos para negociação:	159.427	156.491	253.368	254.196
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	9.773	9.773
Letras do Tesouro Nacional - LTN	52.654	52.019	153.360	153.530
Notas do Tesouro Nacional - NTN	106.773	104.472	90.235	90.893
Títulos disponíveis para venda:	410.662	424.057	337.082	353.382
Letras do Tesouro Nacional - LTN	358.395	371.784	312.721	329.018
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.006	21.012	24.361	24.364
Cotas de fundos de investimento	31.261	31.261	-	-
Total	1.188.035	1.184.391	1.043.555	1.061.757

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda	2018				
	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	28.981	28.990	9	(4)	5
Letras do Tesouro Nacional - LTN	358.395	371.784	13.389	(6.025)	7.364
Cotas de fundos de investimento	31.261	31.261	-	-	-
Total	418.637	432.035	13.398	(6.029)	7.369

Títulos disponíveis para venda	2017				
	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	53.482	53.488	6	(3)	3
Letras do Tesouro Nacional - LTN	319.546	336.360	16.814	(7.566)	9.248
Total	373.028	389.848	16.820	(7.569)	9.251

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

c) Composição por prazo de vencimento

	2018			2017		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	752.356	-	752.356	660.180	-	660.180
A vencer até 3 meses	-	116.241	116.241	11.729	-	11.729
A vencer entre 3 e 12 meses	-	96.808	96.808	-	-	-
A vencer entre 1 e 3 anos	-	218.986	218.986	-	306.439	306.439
A vencer entre 3 e 5 anos	-	-	-	-	83.409	83.409
Total	<u>752.356</u>	<u>432.035</u>	<u>1.184.391</u>	<u>671.909</u>	<u>389.848</u>	<u>1.061.757</u>

d) Composição por emissor

	2018	2017
Títulos para negociação	<u>752.356</u>	<u>671.909</u>
Públicos	<u>594.973</u>	<u>555.977</u>
Governo Federal	594.973	555.977
Privado	<u>157.383</u>	<u>115.932</u>
Debêntures	157.383	115.932
Títulos disponíveis para venda	<u>432.035</u>	<u>389.848</u>
Públicos	<u>400.774</u>	<u>389.848</u>
Governo Federal	400.774	389.848
Privado	<u>31.261</u>	<u>-</u>
Cotas de fundos de investimento	<u>31.261</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.184.391</u>	<u>1.061.757</u>

e) Instrumentos financeiros derivativos

As instituições participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

e.1) “Swap” e NDF

Em 30 de junho de 2018

<u>Indexador</u>	<u>Valor de referência</u>		
	<u>Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão</u>	<u>Curva</u>	<u>Mercado</u>
CDI x DÓLAR	42.408	(6.430)	(6.421)
CDI x EURO	100.000	(12.041)	(11.590)
CDI x IPCA	29.100	(499)	(828)
CDI x LIBOR (Fluxo de caixa)	425.325	(46.984)	(43.808)
CDI x PRÉ	634.930	(15.515)	(23.693)
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	107.668	(367)	(1.567)
DÓLAR (NDF)	2.628.430	28.604	36.403
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	200.284	38.522	34.962
DÓLAR X LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	151.317	(343)	(2.387)
EURO (NDF)	1.004.108	2.907	16.880
EUR BFIX NY 8h x CDI CETIP	110.073	4.491	5.104
IPCA x CDI	29.200	419	744
LIBOR X DÓLAR (Fluxo de caixa)	579.770	679	1.693
PRÉ x CDI	3.073.908	(88.149)	(93.187)
PRÉ x DÓLAR	476.736	(36.019)	(13.380)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	252.117	(53.407)	(48.994)
PRÉ X EURO	413.415	(19.611)	(21.838)
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	22.308	(369)	(429)
PRE x EuroREUTERS11NY	109.080	(10.601)	(10.869)
YEN (NDF)	21.551	(930)	(1.062)
TOTAL	10.411.728	(215.643)	(184.267)

Em 30 de junho de 2017

Swaps e NDF's

<u>Indexador</u>	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Curva	Mercado
CDI x DÓLAR	156.300	(6.497)	(6.444)
CDI x EURO	60.000	(3.507)	(3.744)
CDI x IPCA	24.100	176	(326)
CDI (NDF)	180.346	10.708	11.488
CDI x PRÉ	179.511	26	393
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	157.666	201	(387)
DÓLAR (NDF)	2.108.657	4.271	488
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	308.022	94.958	102.705
DÓLAR X LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	194.514	703	(1.429)
DÓLAR x PRÉ (Fluxo de caixa)	7.288	5.503	5.540
EURO (NDF)	1.376.815	(26.342)	(27.622)
IPCA x CDI	24.200	(217)	248
LIBOR X DÓLAR (Fluxo de caixa)	194.514	(695)	1.512
LIBRA ESTERLINA (NDF)	23.282	1.031	1.053
PRÉ x CDI	2.145.043	14.125	(16.604)
PRÉ x DÓLAR	282.612	25.249	39.576
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	327.031	35.826	21.208
PRÉ X EURO	571.153	(33.156)	(32.416)
RENMINBI HONG KONG VENDA (NDF)	6.812	(339)	(399)
YEN (NDF)	11.513	200	179
TOTAL	8.339.379	122.224	95.019

<u>Opções flexíveis</u>	2018		2017	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Compra de opção de compra	172.146	4.556	-	-
Venda de opção de compra	172.146	(4.556)	-	-
	344.292	-	-	-

<u>Opções listadas</u>	2018		2017	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Posição comprada-Opções de venda	-	-	124.400	-
Total	-	-	124.400	-

	2018	2017
<u>Operações a termo</u>	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Valor dos contratos</u>
Compras a termo a receber	393.728	923
Obrigações por compra de termo a pagar	(393.724)	(936)
Total	<u>4</u>	<u>(13)</u>

Diferencial e prêmios a receber (pagar) – "Swap", NDF e Opções:

	2018	2017
Curto prazo	576.081	212.728
Longo prazo	262.676	408.815
Saldo registrado no ativo:	<u>838.757</u>	<u>621.543</u>
Curto prazo	(601.869)	(289.301)
Longo prazo	(421.151)	(237.236)
Saldo registrado no passivo:	<u>(1.023.020)</u>	<u>(526.537)</u>
Diferencial líquido a receber/(pagar)	<u>(184.263)</u>	<u>95.006</u>

e.2) Mercado futuro

	2018		2017	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
Mercadoria				
DDI	7.329.490	34.600	9.339.597	(1.105)
DI	3.497.171	(663)	3.883.479	(212)
Dólar	1.654.280	8.880	3.977.795	3.598
Total	<u>12.480.941</u>	<u>42.817</u>	<u>17.200.871</u>	<u>2.281</u>

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 371.784 (R\$ 260.408 em 2017).

Os contratos de “swap”, NDFs, opções e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 30 de junho de 2018

	Valores referenciais						Total de contratos
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	
“Swap”	441.393	2.499.254	2.759.308	965.263	92.420	-	6.757.638
NDFs	1.721.039	963.995	678.776	274.421	15.859	-	3.654.090
Futuros	4.467.027	3.992.469	3.063.737	939.375	18.333	-	12.480.941
Operações a Termo	393.724	-	-	-	-	-	393.724
Opções	344.292	-	-	-	-	-	344.292
Total	7.367.475	7.455.718	6.501.821	2.179.059	126.612	-	23.630.685

Em 30 de junho de 2017

	Valores referenciais						Total de contratos
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	
“Swap”	764.803	1.201.526	1.371.231	661.320	633.073	-	4.631.953
NDFs	2.311.482	538.263	524.599	56.819	276.263	-	3.707.426
Futuros	12.343.226	243.055	938.878	2.870.738	572.282	232.692	17.200.871
Operações a Termo	936	-	-	-	-	-	936
Opções	124.400	-	-	-	-	-	124.400
Total	15.544.847	1.982.844	2.834.708	3.588.877	1.481.618	232.692	25.665.586

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, os seguintes resultados:

	2018	2017
NDF	49.427	35.961
Swap	(252.478)	(58.893)
Mercado futuro	1.301.883	(96.058)
Opções	-	(860)
Total	1.098.832	(119.850)

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa das instituições é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A

volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

"Hedge" fluxo de caixa	2018		2017	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(430.027)	-	(281.259)	-
DDI	420.829	(390.521)	278.055	(305.924)
DI	-	360.088	-	281.784
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		832		(8.657)
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45%)		(374)		3.895

e.4) Cotas de fundo de investimento

FI LIQUIDEZ CÂMARA BM&FBOVESPA MULTIMERCADO	2018	2017
	Ativo/(Passivo)	
Quantidade de cotas	299.779,4947942	-
Participação	1,45%	-
Saldo	31.261	-

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

Ativo – Outros créditos

	2018	2017
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	42.817	2.281
Outros	6	3
Total	<u>42.823</u>	<u>2.284</u>

Passivo – Outras obrigações

	2018	2017
<u>Operação:</u>		
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	107	166
Total	<u>107</u>	<u>166</u>

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	2018	2017
Empréstimos e títulos descontados	179.832	123.880
Financiamentos	541.353	226.573
Total das operações de crédito	721.185	350.453
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 12)	1.210.877	961.764
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 12)	9.176	6.505
Outros créditos – títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 13)	69.298	42.302
Total de outros créditos	1.289.351	1.010.571
Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 10)	750.867	853.340
Total do risco da carteira	2.761.403	2.214.364

b) Diversificação por atividade:

	2018	2017
Setor privado:		
Indústria	1.481.344	1.014.022
Comércio	484.677	470.190
Instituições financeiras	185.803	29.898
Pessoas físicas	187	5.105
Prestação de serviços	231.940	116.503
Outros serviços	294.645	450.657
Setor público		
Governo federal	82.807	127.989
Total	2.761.403	2.214.364

c) Vencimento:

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	9.915	0,36	10.993	0,50
A vencer até 3 meses	346.996	12,57	103.572	4,68
A vencer de 3 a 12 meses	1.515.016	54,86	1.363.113	61,56
A vencer de 1 a 3 anos	839.388	30,40	634.559	28,66
A vencer de 3 a 5 anos	50.035	1,81	100.969	4,56
A vencer de 5 a 15 anos	53	0,00	1.158	0,05
Total	2.761.403	100,00	2.214.364	100,00

d) Concentração da carteira de crédito:

	2018		2017	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor (*)	401.037	14,52	244.299	11,03
10 seguintes maiores devedores	1.499.342	54,30	1.322.103	59,71
20 seguintes maiores devedores	607.665	22,01	279.369	12,62
50 seguintes maiores devedores	182.530	6,61	149.586	6,76
100 seguintes maiores devedores	63.175	2,29	127.570	5,76
Demais devedores	7.654	0,27	91.437	4,12
Total	2.761.403	100,00	2.214.364	100,00

(*) O valor total referente ao principal devedor está mitigado de acordo com as disposições da Resolução 2.921 do BACEN pelo valor de R\$ 401.037 em 2018, não comprometendo assim o percentual de exposição 25% do PR.

e) Nível de risco:

Nível	%	2018			2017		
		Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	1.456.533	-	1.456.533	1.054.195	-	1.054.195
A	0,50%	735.535	5	735.540	594.178	-	594.178
B	1,00%	466.334	123	466.457	432.200	305	432.505
C	3,00%	44.929	1.315	46.244	45.688	1.265	46.953
D	10,00%	8.748	2.531	11.279	22.079	4	22.083
E	30,00%	12.432	742	13.174	19.592	627	20.219
F	50,00%	3.918	102	4.020	4.483	554	5.037
G	70,00%	-	98	98	12.098	334	12.432
H	100,00%	23.059	4.999	28.058	18.417	8.345	26.762
		2.751.488	9.915	2.761.403	2.202.930	11.434	2.214.364

f) Provisão por nível de risco:

Nível	2018		2017	
	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	1.456.533	-	1.054.195	-
A	735.540	3.677	594.178	2.970
B	466.457	4.674	432.505	4.325
C	46.244	1.387	46.953	1.408
D	11.279	1.128	22.083	2.208
E	13.174	3.953	20.219	6.066
F	4.020	2.010	5.037	2.518
G	98	70	12.432	8.704
H	28.058	28.058	26.762	26.762
Provisão mínima	2.761.403	44.957	2.214.364	54.961
Total		44.957		54.961

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento financeiro são contratadas, principalmente, de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.

O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

Arrendamento financeiro:

	2018	2017
Arrendamentos a receber - setor privado	756.011	806.911
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado	(754.004)	(804.257)
Arrendamentos a receber - setor público	85.232	130.086
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público	(85.232)	(130.086)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	554.614	675.806
Superveniência de depreciação	175.154	158.882
Perdas de arrendamento a amortizar líquidas	51.129	59.615
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 13 c)	(34.393)	(49.982)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	748.511	846.975

Arrendamento operacional:

	2018	2017
Arrendamentos a receber - setor privado	2.356	6.365
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(2.356)	(6.365)
Total	-	-

a) Bens Arrendados – Arrendamento Financeiro:

a) Bens Arrendados - Arrendamento Financeiro	Taxa anual de Depreciação (%)	2018	2017
Máquinas e equipamentos	14,29%	633.019	597.970
Móveis e utensílios	0,00%	-	-
Equipamentos de informática	28,57%	484.837	566.616
Veículos e afins	28,57%	14.815	32.718
Aeronaves	28,57%	55.614	84.097
Superveniência de depreciação		175.154	158.882
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas		51.129	59.615
Depreciação acumulada		(633.670)	(605.595)
Total		780.898	894.303

b) Bens Arrendados - Arrendamento Operacional	Taxa anual de Depreciação (%)	2018	2017
Equipamentos de Informática	28,57%	12.809	17.512
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*)		-	-
Depreciação acumulada		(8.010)	(8.222)
Total		4.799	9.290

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2018	2017
Saldo inicial	46.960	66.515
Constituição	3.456	11.441
Baixas	(5.459)	(22.995)
Saldo final	44.957	54.961

No consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, houve recuperação de créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 3.830 (R\$ 0 em 2017).

No consolidado o valor das operações de créditos e outros créditos renegociados durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 foi R\$ 0 (R\$ 0 em 2017).

12. CARTEIRA DE CÂMBIO:

	2018	2017
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	6.200.359	5.119.667
Direitos sobre venda de câmbio	5.053.110	5.357.096
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(1.100)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	9.176	6.505
Total	<u>11.261.545</u>	<u>10.483.268</u>
Curto prazo	9.295.665	8.579.015
Longo prazo	1.965.880	1.904.253
Total	<u>11.261.545</u>	<u>10.483.268</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	5.601.105	5.581.647
Obrigações por compra de câmbio	5.654.148	4.854.121
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	(1.210.877)	(961.764)
Total	<u>10.044.376</u>	<u>9.474.004</u>
Curto prazo	8.036.220	7.562.409
Longo prazo	2.008.156	1.911.595
Total	<u>10.044.376</u>	<u>9.474.004</u>

13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	1.434	1.730
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	202	762
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 22 c)	-	3.895
Devedores por depósitos em garantia (*)	447.690	388.233
Impostos e contribuições a compensar	60.697	34.504
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 9 a) (***)	69.298	42.302
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 23 a)	2	2
Devedores diversos no exterior ligadas - partes relacionadas (**)	15.383	8.244
Devedores diversos no exterior	-	-
Devedores diversos no País	1.520	731
Outros	8.973	1.124
Total	605.199	481.527
Curto prazo	116.650	69.184
Longo prazo	488.549	412.343
Total	605.199	481.527

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 57.639 em junho de 2018 (R\$ 55.303 em 2017), pedidos de compensação de IRRF no montante de R\$ 36.159 (R\$ 34.055 em 2017), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 132.766 (R\$ 126.736 em 2017), Em 02/10/2017 foram incorporados no Banco Société Générale depósitos judiciais de origens fiscais trabalhistas e civeis do Banco Cacique no montante de R\$ 75.500 e em 01/12/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origem fiscal da CCTVM no montante de R\$ 102.636.

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa n   23 a).

(***) Refere-se a cessão de créditos sem coobriga  o.

b) Outras obriga  es - fiscais e previdenciárias:

	2018	2017
Provis��o para impostos e contribui��es sobre lucros (nota explicativa n�� 22 a)	33.790	58.091
Impostos e contribui��es a recolher	5.818	4.526
Provis��o para imposto de renda e contribui��o social diferidos (nota explicativa n�� 22 e)	96.923	115.652
Outros	-	7
Total	136.531	178.276
Curto prazo	103.432	109.911
Longo prazo	33.099	68.365
Total	136.531	178.276

c) Outras obrigações - diversas:

	2018	2017
Cheques administrativos	-	40
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15. i) (**)	191.785	167.628
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15. i)	162.767	173.272
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15. i)	29.842	12.240
Provisão com despesas de pessoal	14.126	17.259
Provisão para despesas de publicação	82	90
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.347	4.334
Provisão para despesas de advogados	-	33
Recebimentos a processar	-	333
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10)	34.393	49.982
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 23 a)	28	36
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 23 a)	-	103
Valores a pagar a fornecedores de bens objeto de arrendamento	1.300	8.891
Provisão para despesas de auditoria	309	285
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	846	349
Provisão para garantias prestadas (*)	2.934	5.865
Fundo de reserva de financiamento	24.340	20.723
Fundo garantidor de crédito	25	54
Credores diversos no País - fianças	-	498
Valores a pagar execução de sucumbência	-	678
Outras	702	2.126
Total	464.826	464.819
Curto prazo	50.117	94.738
Longo prazo	414.709	370.081
Total	464.826	464.819

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 30 de junho de 2018 R\$ 613.104 (R\$ 300.042 em 2017).

(**) Reclassificação para nota de outras obrigações - diversas, devido alteração de cosif conforme carta circular 3.782 do BACEN.

14. DESPESAS ANTECIPADAS

	2018	2017
Fianças	-	46
Vale transporte	-	10
Despesas com encargos contratuais	-	1
Empréstimos no País	-	53
Arrendamento mercantil	2.116	1.265
Total	<u>2.116</u>	<u>1.375</u>
Curto prazo	875	701
Longo prazo	1.241	674
Total	<u>2.116</u>	<u>1.375</u>

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

As instituições provisionam integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	2018	2017
Riscos fiscais (nota explicativa nº 13 b)	191.785	167.628
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 c)	162.767	173.272
Riscos cíveis (nota explicativa nº 13 c)	29.842	12.240
Total	<u>384.394</u>	<u>353.140</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 30 de junho de 2018

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	175.101	179.580	31.146	385.827
Constituição	16.624	5.797	727	23.148
Baixas	2	-	-	2
Reversão	(2.399)	(22.755)	(2.408)	(27.562)
Atualização	2.457	145	377	2.979
Saldo final	191.785	162.767	29.842	384.394

Devedores por depósitos em garantia	371.189	69.316	7.185	447.690
-------------------------------------	---------	--------	-------	---------

Em 30 de junho de 2017

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	159.031	105.665	13.077	277.773
Constituição	44	84.406	539	84.989
Baixas	(1)	-	-	(1)
Reversão	-	(16.799)	(1.376)	(18.175)
Atualização	8.554	-	-	8.554
Saldo final	167.628	173.272	12.240	353.140

Devedores por depósitos em garantia	339.805	40.557	7.871	388.233
-------------------------------------	---------	--------	-------	---------

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de junho de 2018

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	175.160	191.785	187.312	162.767	29.842	29.842
Perdas possíveis (b)	246.532	-	-	-	19.310	-
Perdas remotas	87.812	-	65	-	11.217	-
Total	509.504	191.785	187.377	162.767	60.369	29.842

Em 30 de junho de 2017

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	166.463	166.463	172.964	173.272	12.240	12.240
Perdas possíveis (b)	324.338	1.165	439.280	-	22.460	-
Perdas remotas	43.193	-	2.445	-	15.707	-
Total	533.994	167.628	614.689	173.272	50.407	12.240

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 4.100 (R\$ 4.038 em 2017);
- Alargamento da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS pela Lei 9.718/98 – em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 111.668 (R\$ 106.850 em 2017) no Consolidado;
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 30 de junho de 2018, totalizou R\$ 42.735 (R\$ 42.012 em 2017).
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 8.474 (R\$ 8.331 em 2017).
- Em 30 de Junho de 2018 foi criada provisão, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provisões para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do depósito será automaticamente convertido em renda para a União. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento.

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 36.159 (R\$ 25.217 em 2017);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a controlada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na

desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 50.240 (R\$ 48.484 em 2017) no Consolidado;

- Provisão de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 30 de junho de 2018 totalizou no Consolidado R\$ 116.482 (R\$ 117.319 em 2017);

Trabalhistas:

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Para a instituição Banco Société Générale Brasil S/A as a  es cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a proviso  o    constituída com base na situa  o de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avalia  o de êxito e classifica  o dos assessores jurídicos. Já para as institui  o  s Banco Cacique S/A e Banco Pecúnia S/A., essas a  es são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

16. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Cacique Promotora de Vendas Ltda.		Cobracred Cobrança Especializada Ltda.		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Informações das controladas:						
Capital social	-	102.397	-	12.100		
Quantidade de cotas	-	129.464	-	121.000		
Participações - %	-	99,9992%	-	99,9992%		
Patrimônio líquido	-	42.372	-	6.570		
Prejuízo líquido do semestre	-	(2.693)	-	(1.297)		
Movimentação dos investimentos:						
Saldos em 31 de dezembro	-	45.065	-	8	-	45.073
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2.693)	-	(1)	-	(2.694)
Saldos em 30 de junho	-	42.372	-	7	-	42.379

17. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Sem vencimento	6.715	6.584	-	-	-	-	6.715	6.584
Até 3 meses	-	-	239	110.565	60.052	254.177	60.291	364.742
De 3 meses a 1 ano	-	-	225.607	127.795	-	-	225.607	127.795
De 1 a 3 anos	-	-	69.954	226.034	-	1.009	69.954	227.043
De 3 a 5 anos	-	-	378	671	-	-	378	671
Total	6.715	6.584	296.178	465.065	60.052	255.186	362.945	726.835

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	Carteira de terceiros		Carteira de livre movimentação		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
A vencer até 3 meses	433.032	1.033.998	242.555	255.248	675.587	1.289.246
Total	433.032	1.033.998	242.555	255.248	675.587	1.289.246

19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2018		2017	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no País	6.270	-	30.827	(64)
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	1.318.704	(143.067)	939.018	(22.257)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	3.952.798	(878.276)	2.242.264	(101.567)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	1.505.839	(183.970)	875.971	(54.420)
Subtotal	6.783.611	(1.205.313)	4.088.080	(178.308)
Repasse do País				
Finame	3.304	(54)	9.381	(124)
Repasse do exterior				
Obrigações por repasse no exterior (d)	265	(42)	1.573	(158)
Total	6.787.180	(1.205.409)	4.099.034	(178.590)
Curto prazo	6.149.253		3.557.724	
Longo prazo	637.927		541.310	
Total	6.787.180		4.099.034	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-Cayman e Société Générale-New York com vencimentos até 2019 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 2,84% ao ano em 2018 (1,9% ao ano em 2017).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2018, sujeitos à variação cambial e juros de até 1,95% ao ano em 2018 (1,25% ao ano em 2017).

(c) Referem-se a empréstimos, centralizados com a Société Générale-Paris, Société Générale-New York e Société Générale-Cayman, Inter-American Development e Bank International Finance Corporation – IFC, com vencimentos até 2021, sujeitos à variação cambial e a juros de até 2,86% ao ano em 2018 (3,93% ao ano em 2017).

(d) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 1,6% ao ano em 2018 (3,5% ao ano em 2017).

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marcação a mercado no Banco com ajuste desfavorável de R\$ 11.449 (em 2017 desfavorável em R\$ 1.911).

20. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2018	2017
Descontos obtidos a diferir (**)	14.230	19.713
Comissão de operação em moeda estrangeira	1.841	1.866
Total	16.071	21.579

(**)Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	2018	2017
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	1.016.948	1.016.948

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto das instituições, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

c) Aumento de capital

Em 13 de março de 2017, houve aumento de capital de R\$ 10.000, mediante emissão de 49.053 novas ações ordinárias nominativas, na controlada BANCO CACIQUE S.A., passando o capital a ser de R\$ 809.579 e o total de 1.240.445 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 20 de março de 2017.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2018:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	54.410	(37.969)	54.410	(37.969)
Alíquota vigente	25%	25%	20% (*)	20% (*)
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(13.603)	9.962	(10.882)	7.594
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	-	(1.697)	-	(1.357)
-Ajustes de preços de transferência para exterior	-	(2)	-	(1)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(6.285)	(1.400)	(5.028)	(1.120)
-Incentivo fiscal	(22)	(94)	(18)	(75)
-Descontos concedidos	-	(3.242)	-	(2.594)
-Outras despesas não dedutíveis	292	(73)	(191)	(189)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	540	(18.815)	433	(15.074)
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(4.154)	3.593	(3.323)	2.875
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(60)	(27)	(48)	(21)
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	(847)	(2.791)	(678)	(2.233)
-Provisão para publicação de balanço	(1)	15	-	13
-Amortização de ágio	-	7.173	-	5.739
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	2.003	3.088	1.602	2.865
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	1.064	1.291	851	1.032
-Honorários advocatícios	411	92	329	73
-Provisão para realização de ativo	-	-	-	-
-Provisão Garantias	(166)	3.082	(133)	2.465
-Outras diferenças temporárias	4.966	4.550	(74)	(507)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	-	-	830	-
prejuízo fiscal e base negativa apurados no período	(1.598)	(15.188)	-	(8.003)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(17.460)	(10.483)	(16.330)	(8.518)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	7.266	(9.975)	9.625	(3.834)
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	24.820	(1.469)	15.368	(923)
Total de imposto de renda e contribuição social	14.626	(21.927)	8.663	(13.275)

a) O Grupo possui prejuízos fiscais em 30 de junho de 2018 de R\$ 134.510 (R\$ 792.139 em 2017) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 614.905 (R\$ 614.808 em 2017), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) diferidos no montante de R\$ 320.300 (R\$ 613.317 em 2017) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	2.018	2.017
Diferenças temporárias:	-	8.657
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	-	8.657
Total	-	8.657
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	-	2.164

Ativo - Contribuição social

Prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Diferenças temporárias:	-	8.657
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	-	8.657
Total	-	8.657
Alíquota de contribuição social	20%	20%
Crédito tributário constituído	-	1.731

Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 13 a)	-	3.895
---	---	-------

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	2018	2017
Saldo inicial	3.625	5.298
Adições	-	3.197
Baixas	(3.625)	(4.600)
Saldo final	-	3.895

d) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:

	2018	2017
Saldo inicial	116.665	101.934
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	(3.224)	9
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	375	-
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos - disponiveis para venda	(7.646)	2.076
Receitas com atualização de depósitos judiciais	(14.010)	6.449
Reserva de reavaliação	-	-
Realização de superveniência/Insuficiência de depreciação	4.763	5.184
Saldo final (Nota explicativa nº 13 b)	96.923	115.652

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

	Valor contábil	
	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
Ano	2018	2017
2018	-	3.895
Total	-	3.895

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 3.430 em 30 de junho de 2017.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Consolidado		Receita (Despesa)	
	Ativo (Passivo)			
	2018	2017	2018	2017
Cacique Promotora de Vendas Ltda.				
Depósitos à vista	-	(450)	-	-
Depósitos a prazo	-	(41.707)	-	(2.572)
Cobracred Cobranças Especializadas Ltda.				
Depósitos à vista	-	(126)	-	-
Depósitos a prazo	-	(9.223)	-	(548)
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	(103)	-	(578)
Société Générale - Nova York:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	72
Obrigações em moeda estrangeira	(1.184.035)	(82.818)	(229.404)	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(164.533)	(118.910)	(22.577)	(5.620)
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	1.017
Devedores diversos no exterior (*)	15.383	8.244	-	-
Credores diversos no exterior (**)	(28)	(36)	(25)	-
Obrigações em moeda estrangeira	(3.952.791)	(2.239.522)	(765.845)	(13.864)
Obrigações por empréstimos do exterior	(979.396)	(659.023)	(122.005)	(12.718)
Obrigações por repasses do exterior	(265)	(1.573)	(42)	-
Société Générale - Cayman:				
Obrigações por empréstimos do exterior	(264.903)	(25.472)	(32.617)	-
Obrigações em moeda estrangeira	(134.676)	(856.201)	(26.093)	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas	2	2	11	21
Depósitos à vista	(25)	(31)	-	-
Depósitos a prazo	(2.613)	(2.345)	(81)	(307)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(72)	(8)	-	-
Depósitos a prazo	-	-	(126)	(996)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(67.372)	54.805	(101.779)	270.631
Resumo por conta:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	1.089
Depósitos à vista	(97)	(615)	-	-
Depósitos a prazo	(2.613)	(53.275)	(207)	(4.423)
Devedores diversos no exterior (*)	15.383	8.244	-	-
Valores a receber de sociedades ligadas	2	2	11	21
Obrigações em moeda estrangeira	(5.271.502)	(3.178.541)	(1.021.342)	(13.864)
Credores diversos no exterior (**)	(28)	(36)	(25)	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.408.832)	(803.405)	(177.199)	(18.338)
Obrigações por repasses do exterior	(265)	(1.573)	(42)	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(67.372)	54.805	(101.779)	270.631
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	(103)	-	(578)
	(6.735.324)	(3.974.497)	(1.300.583)	234.538

(*) Nota explicativa nº 13 a

(**) Nota explicativa nº 13 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2018	2017
Proventos	3.933	5.671
Contribuição ao INSS	870	1.212
Total	4.803	6.883

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, as instituições não concedem empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2018			2017		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948

24. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesas de água, energia e gás	43	157
Despesas de material	58	93
Despesas de serviços técnicos especializados	7.249	5.789
Despesas de processamento de dados	3.824	9.145
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.812	13.129
Despesas de aluguéis	2.276	2.618
Despesas de serviços de terceiros	884	1.218
Despesas de manutenção e conservação de bens	392	644
Despesas de comunicações	841	1.077
Despesas de contribuições filantrópicas	484	400
Despesas de serviços de vigilância e segurança	63	63
Despesas com informações cadastrais - PF e PJ	-	215
Despesas de arrendamento	15	16
Despesas de seguros	23	100
Despesas com entidades de classe	450	28
Despesas de propaganda e publicidade	149	223
Despesas de publicações	71	41
Despesas de transportes	495	350
Despesas de promoções e relações públicas	238	483
Despesas de viagem	1.028	695
Despesas de depreciação e amortização	1.029	1.427
Despesas com serviços de consultoria e assessoria	-	403
Despesas com auditoria	310	436
Despesas com prestação de serviços corporativos-exterior	41	6
Despesas de serviços de promoção de vendas	-	150
Despesas de serviços de cobrança	-	3.593
Despesas de serviços administrativos prestados	374	389
Despesas de serviços de assessoria jurídica	-	1.766
Despesas com indenizações cíveis	-	2.560
Despesas com consultoria jurídica	4.061	-
Despesas com custas judiciais	6.304	-
Outras	208	842
Total	37.722	48.056

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	-	939
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	2.399	-
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	22.755	16.799
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	2.408	1.376
Atualização de créditos tributários	679	330
Atualização de depósitos judiciais	7.990	15.300
Atualização de depósitos trabalhistas	1.370	97
Juros e multas	377	996
Reversão de provisão de auditoria externa	-	142
Descontos obtidos	-	1
Levantamento depósitos judiciais	-	3
Variação cambial	6	187
Rendas de comissão sobre vendas de seguros	-	2
Reembolso de taxa CVM	-	126
Receita de estrutura compartilhada	-	3.941
Reversão de provisão de garantias recebidas	-	13.052
Receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízo	3.830	-
Atualização de depósitos cíveis	157	-
Doações	100	-
Prestação de serviços para o exterior	23	-
Receitas pós incorporação de controlada	374	-
Receita de cancelamento de contratos	22	-
Reversão de provisão de PIS COFINS	38	-
Reversão de provisão de plano de ações	347	-
Reversão de garantias prestadas	96	-
Reversão de provisão de verbas indenizatórias	284	-
Outras	1.233	2.742
Total	<u>44.488</u>	<u>56.033</u>

26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Prestação de serviços no exterior	-	6
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	16.624	44
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	2.457	8.554
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	5.797	84.406
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	145	-
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	727	539
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	377	-
Provisão para pagamento de gratificação	493	230
Provisão para despesas com publicação	42	36
Provisão de garantias recebidas	-	23
Despesas com fraudes	-	50
Descontos concedidos	545	12.969
Variação cambial	4.984	4.607
Despesas com depósitos judiciais	2.426	-
Provisão para Garantias prestadas (*)	759	699
Provisão de execução de sucumbência	-	671
Atualização de provisão de execução de sucumbência	-	7
Outras	129	3.741
Total	35.505	116.582

(*) Provisão aplicada de acordo com metodologia estabelecida pela Resolução Banco Central 3.721/09 que qualifica as operações de garantias, avais e fianças prestadas como risco de crédito. Os valores de risco de crédito incorridos pelo Banco foram calculados pelos valores nominais garantidos atualizados para reais quando definidos em moeda estrangeira, deduzidos dos montantes das contra garantias emitidas por nossa Matriz.

27. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basiléia

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam:

- Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.192/13- definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE);
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - define a Parcela de RWA;
- Circulares nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), “Commodities” (RWacom) e Câmbio (RWacam);

- Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad)

Apuração dos limites de Basiléia – Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2018	2017
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.395.855	1.280.670
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	473.921	433.364
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	19.868	5.275
Valor da margem		902.066	842.031

- Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2018		2017	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	328.124	24%	301.094	24%
RWACAM	3.381	0%	9.267	1%
RWAJUR1	10.195	1%	10.175	1%
RWAJUR2	82.437	6%	82.526	6%
RWAJUR3	3.765	0%	880	0%
RWAJUR4	-	0%	-	0%
PCOM	-	0%	-	0%
PACS	-	0%	26	0%
RWAOPAD	46.019	3%	29.396	2%
Adicional BCB	-	0%	-	0%

- Extrapolação

	2018	2017
Índice alcançado	25,40%	27,34%

28. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação dos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Plano de ações livres (*)	-	863
Plano de ações diferidas (**)	<u>2.187</u>	<u>1.263</u>
Total	<u><u>2.187</u></u>	<u><u>2.126</u></u>
Saldo no início do semestre	2.294	2.019
Constituição	240	107
Reversão	<u>(347)</u>	<u>-</u>
Saldo no fim do semestre	<u><u>2.187</u></u>	<u><u>2.126</u></u>

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2018, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 437 (R\$ 423 em 2017) e pelos funcionários R\$ 568 (R\$ 493 em 2017).
